

Brasília, 25 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Agência Estado - Broadcast

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

DXC recebe US\$ 213.560.494,98 em caso histórico de roubo de propriedade intelect... 3

Diário Indústria & Comércio online

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

5 erros no uso de imagens que podem gerar processos para empresas 4

Metrópoles Online

Quinta-feira, 25 de junho de 2026 | ABPI

Clínicas de estética de Águas Claras e Plano são investigadas pela PF 5

Migalhas

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Debate sobre patentes ganha força no Brasil com novos projetos de lei 7

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Propriedade Industrial

MIGALHAS nº 6.376 9

Correio Braziliense - Online

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Ideia de milhões? Entenda como funciona registro de patentes 15

G1 - Globo

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Guerra entre Estados Unidos e Irã aumenta o risco de desabastecimento global de... 16

O Globo Online

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Empresa de marcas amplia atuação empresarial 18

Congresso em Foco

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Professora pede R\$ 1 milhão de indenização dizendo que inventou o Pix 19

Monitor Mercantil Digital online

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Marketing de emboscada na Copa 2026 21

Gazeta do Povo - Online

Quarta-feira, 24 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

"Amarelinha pirata" aquece mercado bilionário de camisas falsas no Brasil 23

DXC recebe US\$ 213.560.494,98 em caso histórico de roubo de propriedade intelectual contra a TCS

Suprema Corte recusa-se a alterar decisão de que a TCS apropriou-se indevidamente e de forma deliberada de segredos comerciais da DXC, reforçando a importância de proteger a PI e a confiança do cliente

ASHBURN, Virgínia, 24 de junho de 2026 /PRNewswire/ - A DXC Technology (NYSE: DXC), uma das principais parceiras globais de inovação e tecnologia empresarial, anunciou hoje que recebeu US\$ 213.560.494,98. da Tata Consultancy Services (TCS) em um caso histórico de segredos comerciais envolvendo a CSC (Computer Sciences Corporation), subsidiária da DXC.

A Suprema Corte recusou-se a alterar as decisões das instâncias inferiores, incluindo uma indenização por danos materiais de US\$ 168 milhões em favor da DXC que, com o acúmulo de juros, resultou no recebimento de US\$ 213.560.494,98 pela DXC.

O Tribunal de Apelações dos EUA do Quinto Circuito havia mantido anteriormente as conclusões de que a TCS apropriou-se de forma deliberada e maliciosa de segredos comerciais da CSC, encontrando provas contundentes nos autos de que a conduta da TCS foi intencional e com consciente desrespeito aos direitos da CSC.

Este resultado reflete o compromisso da DXC em fazer valer seus direitos de **propriedade intelectual** e ressalta a importância da concorrência leal, do Estado de Direito e do direito de proteger a inovação. Proteger a **propriedade intelectual** é fundamental para salvaguardar as soluções dos clientes e garantir o investimento contínuo em tecnologias

que geram resultados de negócios.

"A confiança é a base de qualquer relacionamento comercial", afirmou Raul Fernandez, presidente e CEO da DXC. "Em uma era de inovação em IA, a confiança é ainda mais crucial, por isso é muito decepcionante ver uma empresa global como a TCS ser flagrada apropriando-se indevidamente e de forma deliberada de segredos comerciais de uma empresa norte-americana. Também somos gratos ao sistema jurídico dos EUA por defender os direitos dos inovadores tecnológicos."

Sobre a DXC

A DXC Technology (NYSE: DXC) é uma das principais parceiras globais de inovação e tecnologia empresarial, fornecendo software, serviços e soluções para empresas globais e organizações do setor público. A DXC ajuda os clientes a aproveitarem a IA para gerar resultados durante uma era de mudanças exponenciais. Com profunda experiência em Serviços de Infraestrutura Gerenciada, Modernização de Aplicativos e Soluções de Software Específicas para o Setor, a DXC opera, moderniza e protege sistemas de missão crítica que atendem às organizações mais importantes do mundo. em dxc.com.

Contato de mídia: Ashley Houk-Temple, Relações com a Mídia, DXC Technology, E-mail: ashley.houktemple@dxc.com

View original content: <https://www.prnewswire.com/br/comunicados-para-a-imprensa/dxc-recebe-us-213-560-494-98-em-caso-historico-de-roubo-de-propriedade-intelectual-contra-a-tcs-302809471.html>

FONTE DXC Technology Company

5 erros no uso de imagens que podem gerar processos para empresas

O uso de imagens se tornou parte central da comunicação das empresas, especialmente em campanhas publicitárias, redes sociais e ações promocionais. Mas o que muitas organizações ainda ignoram é que uma foto publicada sem autorização, um vídeo repostado da internet ou até o uso inadequado de conteúdos produzidos por inteligência artificial podem gerar processos judiciais, indenizações e danos à reputação da sociedade.

Segundo a advogada Maria Eduarda Piccoli, do escritório Assis Gonçalves, Nied e Follador - Advogados, o crescimento da produção de conteúdo digital também ampliou os conflitos relacionados ao direito de imagem, direitos autorais e proteção de dados pessoais. "Muitas empresas acreditam que, por uma imagem estar disponível na internet, ela pode ser utilizada livremente. Mas existem direitos envolvidos tanto do autor da imagem quanto das pessoas retratadas", explica.

A especialista ressalta que o uso indevido de imagem ocorre quando fotografias, vídeos ou dados biométricos são divulgados sem autorização expressa. No Brasil, a prática pode violar direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal e gerar indenizações por danos morais e patrimoniais.

A proteção jurídica está prevista em diferentes legislações brasileiras. O Código Civil proíbe a utilização da imagem de uma pessoa sem consentimento, especialmente quando há finalidade comercial. Já a Constituição Federal garante a proteção da intimidade, honra e imagem. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também impacta diretamente essas situações, já que a imagem é considerada dado pessoal. "A LGPD ampliou ainda mais a responsabilidade das empresas sobre o tratamento de imagens. Hoje, é necessário avaliar consentimento, finalidade e forma de armazenamento desse materi-

al", afirma Maria Eduarda.

A advogada lista cinco erros comuns que podem gerar riscos jurídicos para empresas:

1. Utilizar imagens da internet sem autorização

Fotos encontradas no Google ou redes sociais não são de uso livre e podem possuir proteção por direitos autorais. "Disponibilidade online não significa autorização", alerta.

2. Publicar fotos de clientes ou colaboradores sem consentimento

Mesmo em eventos corporativos, o uso da imagem de pessoas exige autorização prévia, especialmente em campanhas promocionais.

3. Ignorar as regras de bancos de imagem

Nem toda licença permite uso comercial irrestrito. Algumas possuem limitações específicas ou exigem créditos.

4. Repostar conteúdos de terceiros sem permissão

Compartilhar publicações de influenciadores, clientes ou outros perfis sem autorização também pode gerar responsabilização.

"Dar crédito não substitui a autorização formal", destaca.

5. Acreditar que imagens geradas por IA eliminam riscos jurídicos

Ferramentas de inteligência artificial também levantam discussões sobre autoria, **propriedade intelectual** e direitos de imagem. "O fato de uma imagem ter sido criada por IA não elimina automaticamente os riscos legais", explica.

Segundo Maria Eduarda Piccoli, o cenário exige que comunicação, marketing e jurídico atuem de forma integrada dentro das empresas. "Hoje, um simples post pode gerar impactos financeiros e reputacionais relevantes. A prevenção jurídica passou a fazer parte da estratégia de comunicação corporativa", conclui.

Clínicas de estética de Águas Claras e Plano são investigadas pela PF



Operação Efeito Rebote apura uso indevido de tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro, em procedimentos estéticos no DF

Três clínicas de estética do Distrito Federal - localizadas na Asa Sul, Asa Norte e Águas Claras - são investigadas por venda e aplicação irregular de medicamentos para emagrecer. Os estabelecimentos foram alvo de uma operação da Polícia Federal (PF), da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** e da Vigilância Sanitária do DF, deflagrada nesta terça-feira (23/6), no âmbito da Operação Efeito Rebote.

Durante a ação, os agentes recolheram medicamentos contendo tirzepatida, substância presente no princípio ativo do Mounjaro, além de documentos e equipamentos eletrônicos. Parte dos produtos apreendidos não tinha comprovação de regularidade junto aos órgãos sanitários.

"Os estabelecimentos foram autuados e os produtos considerados irregulares foram apreendidos. As equipes de fiscalização também constataram a existência de medicamentos injetáveis importados sem o devido registro junto à autoridade sanitária brasileira, além de medicamentos manipulados com irregularidades de rotulagem", detalhou a Secretária de Saúde do DF, em nota ao Metrôpoles.

A pasta destacou ainda que foram verificadas inconsistências relacionadas à rastreabilidade dos produtos, ausência de documentação fiscal, falta de identificação das prescrições médicas e inexistência

de evidências que permitissem vincular os medicamentos aos pacientes.

As investigações apuram ainda se as substâncias estavam sendo oferecidas e aplicadas em desacordo com a legislação sanitária, o que pode representar risco à saúde pública. Além disso, há possíveis crimes de **falsificação**, adulteração de produtos medicinais, contrabando e outras irregularidades.

Os nomes das clínicas não foram informados pela Vigilância Sanitária do DF.

Diferenças da tirzepatida

A tirzepatida é o princípio ativo do medicamento comercializado no Brasil sob o nome Mounjaro. A versão registrada no país passou por avaliação da **Anvisa**, que analisa critérios de qualidade, segurança, eficácia, composição e rastreabilidade antes de autorizar sua comercialização. Isso significa que o produto autorizado tem origem conhecida, dose padronizada, bula aprovada e regras específicas de fabricação, armazenamento e dispensação.

Já as versões proibidas no Brasil, conhecidas como "canetas do Paraguai", não possuem registro sanitário junto à **Anvisa**. Por isso, não há garantia sobre composição, procedência, estabilidade ou condições adequadas de armazenamento. Também não há rastreabilidade, o que impede o controle de qualidade e a investigação de possíveis eventos adversos.

"O Paraguai não é membro do tratado internacional mais importante de proteção de **patente**, que é assinado por mais de 100 países. Por isso, para eles, qualquer invenção é domínio público, qualquer um pode fabricar e vender", afirma Gabriel Leonards, ex-presidente da **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual**.

Em mercados onde não há proteção de patente, surgem versões alternativas do medicamento. Itens proibidos pela **Anvisa** em novembro do ano passado, apresentados como agonistas de GLP-1, usados para fins estéticos e vendidos de forma irregular, incluem:

T.G. 5

Lipoless

Lipoless Éticos

Tirzazep Royal Pharmaceuticals

T.G. Indufar

Importação legal

Existe uma via legal para importação de medicamentos sem registro no Brasil em caráter excepcional, desde que haja prescrição médica e autorização prévia da **Anvisa**. Esses casos são analisados individualmente pela agência, que avalia a necessidade do tratamento e os riscos envolvidos.

A medicação à base de tirzepatida é indicada para o tratamento da obesidade (IMC a partir de 30) e do sobrepeso (IMC a partir de 27) quando associado a comorbidades, como hipertensão ou diabetes. Seu uso deve ser sempre orientado por um profissional de saúde, sendo necessária prescrição médica ou de cirurgião-dentista para aquisição e aplicação.

Fernanda CavalcanteJaqueline Fonseca

Debate sobre patentes ganha força no Brasil com novos projetos de lei



Debate sobre patentes ganha força no Brasil com novos projetos de lei e revisão da LPI Gustavo Sartori, Camila Conegundes e Guilherme Calazans Propostas legislativas e a modernização das regras de patentes recolocam o sistema de **propriedade intelectual** no centro das discussões sobre inovação e desenvolvimento. quarta-feira, 24 de junho de 2026

Atualizado em 23 de junho de 2026 15:05

Com a crescente atenção da mídia sobre substâncias como a tirzepatida, comercializada como Mounjaro, e polilaminina, o sistema de patentes voltou ao centro das discussões no Congresso Nacional. O tema aparece em projetos de lei que tratam diretamente da proteção patentária, muitos deles ainda sem debate mais amplo com a sociedade, a academia e o setor produtivo.

Paralelamente, o **INPI** - **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** anunciou a criação de um Grupo de Trabalho para revisar a LPI - lei de **propriedade industrial**, que completa 30 anos em 2026. A proposta é que eventuais mudanças sejam discutidas em consulta pública prevista para ocorrer ainda neste ano.

Entre as iniciativas em tramitação no Congresso, destacam-se propostas com potencial impacto sobre o sistema de **propriedade intelectual** brasileiro. É

o caso do PL 160/26, que trata do licenciamento compulsório, e do PL 5810/25 e do PLP 32/26,

ambos relacionados a possíveis ajustes no prazo de vigência das patentes.

O PL 160/26, de autoria da senadora dra. Eudócia, foi apresentado no Senado Federal com o objetivo de autorizar a licença compulsória da tirzepatida. A proposta prevê que, diante de situações como preços elevados ou insuficiência de oferta, o poder público possa permitir a fabricação do medicamento por outros produtores mesmo durante a vigência da patente. O texto também menciona a possibilidade de produção nacional do fármaco e a ampliação do acesso ao tratamento de obesidade e diabetes no SUS - Sistema Único de Saúde. O projeto aguarda despacho para distribuição às comissões temáticas do Senado, etapa inicial de sua tramitação.

Já o PL 5.810/25, de autoria dos deputados Capitão Alberto Neto, dr. Zacharias Calil e Mersinho Lucena, propõe a criação de um mecanismo que permita ao titular solicitar ao **INPI** a abertura de processo administrativo para ajustar o prazo de vigência da patente em razão de eventuais atrasos no exame do pedido. A extensão seria limitada a cinco anos. A proposta dialoga com mecanismos existentes em outras jurisdições, como o PTA - Patent Term Adjustment previsto na legislação dos Estados Unidos. Em linha semelhante, o PLC 32/26, de autoria da deputada Renata Abreu, também busca instituir um mecanismo de ajuste do prazo de vigência das patentes em casos de atraso relevante na tramitação administrativa. A iniciativa foi motivada, em grande medida, pelo caso de uma patente relacionada ao uso da polilaminina desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O pedido foi depositado em 2008 e concedido apenas em 2025, após mais de dezesseis anos de exame.

As duas propostas retomam, de certa forma, o debate sobre a garantia de um prazo mínimo de vigência a partir da concessão da patente, mecanismo que existia na legislação brasileira até ser declarado inconstitucional pelo STF no julgamento da ADIn

5529. Embora tratem de temas relevantes, chama atenção o fato de que essas iniciativas legislativas surgem a partir de situações bastante específicas.

No caso do PL 160/26, o debate gira em torno de um medicamento determinado. Já o PLC 32/26 e o PL 5.810/25 refletem preocupações relacionadas a atrasos administrativos em determinados pedidos de patente e seus efeitos sobre o período efetivo de proteção.

A revisão da LPI anunciada pelo **INPI** pode abrir espaço para uma discussão mais ampla sobre o sistema de **propriedade intelectual** brasileiro. Segundo o Instituto, a consulta pública será baseada em debates conduzidos por um grupo de trabalho interno voltado à melhoria da eficiência e da qualidade do processamento de pedidos de **propriedade intelectual**.

A discussão ganha relevância porque o sistema de patentes abrange milhares de tecnologias distribuídas por diversos setores da economia, como química, biotecnologia, eletrônica, engenharia, agronegócio, tecnologia da informação e energia. Alterações legislativas motivadas por casos específicos podem produzir efeitos que ultrapassam significativamente os exemplos que originalmente deram origem ao debate, além de trazer implicações jurídicas e econômicas.

A previsibilidade do sistema de patentes é um fator relevante para decisões de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Mudanças legislativas baseadas em casos isolados, sem análise sistêmica mais ampla, podem gerar percepção de instabilidade regulatória. Nesse contexto, a revisão da lei de **propriedade industrial** após três décadas pode ser uma oportunidade para refletir as transformações tecnológicas ocorridas desde sua promulgação. Ao longo desse período, novas áreas de inovação ganharam relevância, incluindo tecnologias que não existiam ou ainda não eram viáveis na década de 1990, como a tirzepatida, aplicações envolvendo polilaminina e a inteligência artificial. Trata-se, contudo, de um processo que exige cautela e amplo debate público.

Diante desse cenário, eventuais mudanças no regime de **propriedade intelectual** devem ser acompanhadas de discussão qualificada, com participação da academia, do setor produtivo, de instituições de pesquisa e da sociedade civil. O sistema de patentes desempenha papel central na articulação entre política industrial, desenvolvimento tecnológico e acesso a novas tecnologias. A consulta pública prevista pelo **INPI** pode, nesse sentido, representar uma oportunidade relevante para discutir de forma mais abrangente possíveis ajustes na legislação e seus impactos sobre o ambiente de inovação no país. Porém, seria também salutar travar essa discussão no âmbito do Congresso Nacional, o que expandiria o escopo do debate e alcançaria e envolveria, de imediato, os próprios legisladores no seu ambiente produção legislativa.

Gustavo Sartori Graduado em Engenharia Elétrica com ênfase em eletrônica pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. sócio do escritório Daniel Advogados.

Daniel Advogados Camila Conegundes Engenheira de Minas e Especialista em Patentes pela DANIEL. Pesquisa temas relacionados à **propriedade intelectual**, com foco no equilíbrio entre o incentivo à criatividade, inovação e a promoção do acesso e da inclusão. É pesquisadora do Grupo de **Propriedade Intelectual**, Direitos Humanos e Inclusão (GPID-HI) da FGV.

Daniel Advogados Guilherme Calazans Engenheiro Mecânico que possui experiência na área de **Propriedade Intelectual** (PI) desde 2019. Ele se formou no CEFET-RJ e possui mestrado em Dinâmica dos Fluidos pelo Instituto Militar de Engenharia - IME. Durante sua passagem pelo IME, ele trabalhou como pesquisador, focando em artigos científicos e análise computacional de fluxos em dutos e tubulações por meio do método de Análise de Elementos Finitos (FEA).

Daniel Advogados

MIGALHAS nº 6.376

Quarta-Feira, 24 de junho de 2026 - Migalhas nº 6.376.

Fechamento às 07h25.

"What's fur ye'll no go by ye."

Provérbio escocês

O caminho leva à Escócia

Como ensina um antigo provérbio das Terras Altas, o que nos está destinado sempre encontra o caminho de volta. E o destino quis que a Escócia cruzasse o caminho do Brasil nesta quarta-feira. Em clima de Copa, Migalhas volta os olhos para o adversário sob a ótica do Direito: embora integre o Reino Unido, o país possui Judiciário próprio e um sistema jurídico singular, moldado por séculos de tradição. Conheça. ()

Seleção própria, soberania limitada

Em campo, a Escócia tem bandeira, hino e seleção. Fora dele, a soberania segue em disputa: sem autorização de Londres, o país não pode convocar sozinho novo referendo de independência. Entenda. ()

Justiça de peruca

A imagem clássica da Justiça britânica ainda resiste na Escócia, mas já não é absoluta. Migalhas explica quando a peruca branca de crina de cavalo ainda é usada, de onde veio a tradição e como ela vem sendo flexibilizada. ()

Novos tempos

STJ alterou seu Regimento Interno para permitir que ministros votem em julgamentos mesmo sem terem assistido presencialmente à sustentação oral, desde que considerem ter acesso suficiente ao conteúdo para decidir. ()

Aposentadoria não é pena?

CNJ começou a discutir o fim da aposentadoria compulsória como punição para magistrados. Mudança busca adequar as regras internas ao entendimento recente da 1ª turma do STF. ()

Concurso para cartórios

CNJ analisa proposta que reformula as regras de concursos para cartórios em todo o país, incluindo aprovação em exame nacional. ()

Ctrl+C, Ctrl+Pix?

Professora de inglês diz ter criado o Pix e processa o Banco Central. Ela pede R\$ 1 milhão de indenização, royalties e até a suspensão do sistema de pagamentos. ()

Likes sob supervisão

CNJ aprovou regras para a concessão de alvarás judiciais que autorizem a atuação de crianças e adolescentes em atividades artísticas no ambiente digital. ()

Influencers na mira

Influenciadores que divulgam bets irregulares poderão ser cobrados pelo Fisco. Nova regra do ministério da Fazenda também atinge afiliados e agências de marketing. ()

Tráfico privilegiado

Já provoca debate a nova tese firmada pelo STJ, que admite afastar o tráfico privilegiado com base na quantidade de droga apreendida. Criminalista ouvido por Migalhas alerta que a ausência de parâmetros objetivos tende a alimentar novas controvérsias e pode até ampliar o número de habeas corpus no Tribunal, produzindo justamente o efeito contrário ao pretendido: em vez de racionalizar o contencioso, multiplicá-lo. Veja a análise. ()

Só a palavra não basta

STJ decidiu que a indicação feita por corréus não é suficiente para justificar entrada da polícia em casa sem mandado. ()

Castigo não é disciplina

STM condenou ex-militares que submeteram recrutas a agressões, como tapas, socos, balde na cabeça e pisões nas costas. ()

Negligência

Cantor Amado Batista terá de indenizar os pais de criança de três anos que morreu afogada em piscina

de sua propriedade rural. Juiz apontou negligência pela falta de barreira de proteção, mas também reconheceu culpa concorrente dos pais por ausência de supervisão. ()

Última identificação

Corpos não identificados deverão ter dados biométricos e biológicos coletados antes do sepultamento. Determinação foi aprovada pelo CNJ. ()

De fora

Ortobom terá de pagar R\$ 300 mil por discriminação de gênero após manter cargos de gerência e subgerência ocupados apenas por homens. ()

Desenho obsceno

Empregada de supermercado que recebeu de colega uma folha com desenho obsceno ao lado de seu nome será indenizada por assédio sexual. ()

Tanque cheio

Consumidor que comprou um BYD híbrido, anunciado com rendimento de 19,9 km/l, mas registrou consumo próximo de 9 km/l, será ressarcido pela montadora após decisão do TJ/SP. ()

Contas do shopping

Lojista não pode exigir, sozinho, prestação de contas de shopping sobre encargos comuns. TJ/SP entendeu que esse tipo de cobrança deve ser feito de forma coletiva, em assembleia. ()

Proteção de marca

Loja virtual foi condenada por vender anel com a marca do Flamengo sem autorização. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas Crocantes

Um experimento com cidades habitadas por IAs revelou que o ambiente pode influenciar mais o comportamento da máquina do que sua própria programação. Sílvia Piva explica. ()

UMA Migalhas

A advocacia precisa de novos modelos de liderança? Carla Boin defende o feminino como princípio de governança. ()

Ordem na banca

Modelo de negócio, maturidade e objetivos são fatores que distinguem escritórios de alta performance, analisa Lara Selem ao abordar os pilares da gestão estratégica na advocacia. ()

Migalhas Securitárias

Ilan Goldberg examina os reflexos da lei 15.040/24 para os seguros de grandes riscos e critica a aplicação de um regime único ao setor. ()

Esquinas do Direito Municipal

Fernanda Gonsalves alerta para a necessidade de governança diante dos riscos do uso inadequado da inteligência artificial. ()

Meio de campo

Até onde vão os poderes do clube após a criação da SAF? Rodrigo R. Monteiro de Castro analisa como a reforma da lei reacende o debate sobre as ações classe A. ()

Família e Sucessões

A "X Jornada de Direito Civil" aprovou 58 novos enunciados sobre responsabilidade civil, família e Direito Digital. Flávio Tartuce destaca os principais pontos. ()

Migalhas de peso

- "O Tema 1.451 e os novos desafios da proteção jurídica das mulheres", por Ana Carolina Moreira Santos (SASP - Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo). ()

- "Qual o prazo para anular reajuste abusivo do plano de saúde?", por Elton Euclides Fernandes (Elton Fernandes Advocacia Especializada em Saúde). ()

- "Imposto seletivo sobre a mineração: Entre a extrafiscalidade e a finalidade arrecadatória", por Gabriel Almeida Viana e Geovanna de Sousa Rodrigues (Ayres Westin Advogados). ()

- "O CFC e a busca por uma terceira via para os reportes de sustentabilidade no Brasil", por Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados). ()

- "Debate sobre patentes ganha força no Brasil com novos projetos de lei e revisão da LPI", por Gustavo Sartori, Camila Conegundes e Guilherme Calazans (DANIEL). ()

- "Órgãos reguladores avançam na regulamentação do segmento de proteção veicular no Brasil", por Leila Katia Santos Carvalho (Mandaliti). ()

- "Igualdade salarial no Brasil: O balanço dos três primeiros anos da nova legislação", por Julia Terciotti Malimpensa e Edson Alves da Silva (Silva Matos Alves Ros). ()

- "Responsabilidade objetiva exige que academias trabalhem para mitigar riscos de lesões", por João Marcelo Raupp e Felipe Esbroglio de Barros Lima (Silveiro Advogados). ()

- "Locação e leilão: O que acontece com o contrato de locação quando o imóvel é arrematado", por Lucas Lourenço (RF Advogados). ()

- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Do depositário e do administrador (arts.140 a 142)", por Camilla Oliveira (Pereira Advogados). ()

- "A desnecessidade de recolhimento prévio da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC quando o recurso impugna exclusivamente a sanção processual", por Luísa Carolina de Souza Matos (Tôrres e Corrêa Advocacia). ()

- "OIT aprova primeira Convenção Internacional sobre trabalho decente na economia de plataformas digitais", por Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva e Alexandra Rosman Scaramel (Araújo e Policastro Advogados). ()

- "A tokenização imobiliária e seu potencial no Ceará", por Marcelo Uchôa, Rômulo Alexandre Soares e Scipião da Costa (Uchôa Advogados Associados). ()

- "IA na redação - Os riscos jurídicos que os veículos de comunicação não podem ignorar", por Mayra Mega Itaborahy (Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados). ()

- "Quais erros podem prejudicar sua aplicação imigratória?", por Witer Desiqueira (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "Desconsideração da personalidade jurídica: A insolvência não basta!", por Elisa Junqueira Figueiredo e Victória Soranz (FF Law). ()

- "Entre o endurecimento penal e a realidade dos fatos: Os limites da resposta legislativa à violência doméstica", por Cecília de Souza Santos e Julia Mariz (Alves de Oliveira e Salles Vanni Advogados Associados). ()

- "Igualdade de gênero no sistema de justiça: A necessária unificação e ampliação da proteção às defensoras públicas", por Patrícia Kettermann (Asso-

ciação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)). ()

Migalhas no

As principais notícias do mundo jurídico também estão no WhatsApp. Siga o canal oficial do Migalhas e acompanhe decisões, julgamentos e os fatos que movimentam o Direito em tempo real.

Entre no canal:
<https://s.migalhas.com.br/S/EDFBF5>

Novo sócio

Mundie e Advogados anuncia Igor Finzi como novo sócio de Societário e M&A.; ()

Baú migalheiro

Há 78 anos, em 24 de junho de 1948, a União Soviética interrompeu os acessos terrestres e fluviais entre a Alemanha Ocidental e Berlim Ocidental, dando início ao Bloqueio de Berlim. A medida foi uma resposta às divergências entre soviéticos e aliados ocidentais sobre o futuro da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial. Para abastecer a população isolada, Estados Unidos e Reino Unido organizaram uma ampla ponte aérea, que funcionou por quase um ano. O episódio intensificou as tensões entre os blocos liderados por Washington e Moscou e tornou-se um dos marcos iniciais da Guerra Fria. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Participe do sorteio da obra "A Busca por uma Proteção Equilibrada - Propostas de atualização da Lei Maria da Penha e da legislação conexa", escrita por Júlio Konkowski (KWS). A publicação analisa a aplicação da lei Maria da Penha e propõe atualizações para conciliar a proteção das vítimas com garantias processuais e segurança jurídica. ()

Novidade

Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, lançará o livro "Desenho industrial: código da **propriedade industrial** conforme os Tribunais", no dia 1º/7, às 19h, na Livraria Travessa, do Shopping Leblon, no Rio de Janeiro. ()

Migalhíssimas

Tatiana Sister, de BMA Advogados, participa da "ABF Franchising Expo 2026", que acontece entre hoje e sexta-feira, em SP. No dia 26, às 14h, a advogada estará na "Arena Conhecimento", compartilhando experiência e reflexões sobre temas centrais na relação entre franqueador e franqueado, especialmente no contexto de negociação e análise contratual. Tauil & Chequer Advogados realiza amanhã, durante o "Energy Summit 2026", o debate "Tendências do Setor Elétrico em 2027". Além disso, dois sócios do escritório participam hoje de painéis em diferentes palcos. Luiz Gustavo Bezerra é palestrante do painel "O Futuro da mobilidade: Energia, Software e Sustentabilidade"; Bruno Salzano é um dos debatedores do painel "Transformação do Setor de Energia: O Papel do M&A; e dos Investimentos". Amanhã, Tiago Macedo palestra no painel "Gás Natural e Transição Energética: Desafios e Perspectivas para o Futuro". () Martorelli Advogados foi destaque no "Chambers Brazil 2026", ranking da "Chambers and Partners". A banca foi ranqueada nas categorias "Corporate/Commercial", "Labour", "Tax", "Dispute Resolution" e "Consumer Law". Presente há 12 anos no ranking, o sócio-fundador João Humberto Martorelli foi novamente reconhecido na categoria "Corporate/Commercial - Senior Statespeople". Na área de resolução de disputas, a sócia Dóris Castelo Branco figurou, pelo 2º ano consecutivo, entre os profissionais recomendados em "Dispute Resolution" (Band 4 - North East). Também foram destacadas as sócias Andrea Feitosa Pereira, em "Tax" (Band 3 - North East), e Nathália Grizzi Proto, em "Corporate/Commercial" (Band 4 - North East), que integra a publicação pelo 4º ano consecutivo. Em "Labour" (Band 3 - North East), os sócios Arnaldo Barros e Geraldo Fonseca voltaram a ser reconhecidos, somando, respectivamente, 11 anos de presença ininterrupta e duas aparições consecutivas no ranking. Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados foi mais uma vez reconhecido pelo guia "Chambers and Partners Brazil: Industries & Sectors", edição 2026, na área de "Direito Público", pela qual o sócio Luis Eduardo Serra Netto foi recomendado, pelo 5º ano consecutivo. Também foram novamente reconhecidos na área de "Direito Ambiental", pela qual André Pereira de Moraes Garcia foi indicado pelo 2º ano consecutivo. A equipe de Direito Urbanístico do escritório foi reconhecida como "Band 1" na estreia da área no guia. Também foram individualmente destacados

os sócios Francisco Ribeiro (Band-1), Marcelo Terra (Band 2) e Marcella Martins Montandon (Up and Coming).

Fernandes Advogados foi indicado para receber o "Prêmio Águia Americana Justiça 2026", homenagem promovida pelo Instituto Nacional da Qualidade Social, destinada a reconhecer organizações e profissionais que se destacam em suas áreas de atuação. O escritório foi qualificado no segmento jurídico em razão de sua atuação e contribuição profissional, especialmente em áreas relacionadas ao Direito Administrativo e à defesa de candidatos em concursos públicos.

Jovens árbitros

O CEMAAC, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), lança amanhã, às 9h30, em São Paulo, o programa "Academy Jovem", que reúne advogados em início de carreira para fomentar estudos, debates e produção de conteúdo sobre arbitragem. ()

Soberania Digital e IA

Para debater cooperação internacional e autonomia tecnológica, a FGV Direito Rio promove hoje, às 10h, o webinar "Soberania Digital Cooperativa e Inteligência Artificial". ()

Estudo

Amanhã, às 10h, eLaw Tecnologia, FGV e Nubank promovem evento online para discutir os impactos da IA no setor jurídico e apresentar estudo inédito conduzido pelo CEPI FGV. ()

Publicidade digital

A FGV LAW (FGV Direito SP) está com inscrições abertas, até 24/9, para o curso de curta duração "Direito e Publicidade Digital", com abordagem prática e atualizada sobre o tema. ()

STJ e o processo civil

AASP realiza, em 26/6, em São Paulo, congresso sobre a visão do STJ em temas centrais do processo civil. ()

Servidor público

IAB promove, em 26/6, às 18h, o "XVIII Colóquio de Direito Administrativo". ()

Bioinsumos em debate

No quarto episódio do videocast "Caminhos do Agro", da CropLife Brasil, especialistas discutem o crescimento dos bioinsumos e a liderança brasileira

no setor. ()

Viva!

A ganhadora da obra "Tributação das sociedades cooperativas de serviços médicos" (Editora Dom Modesto, 156p.), de Rafael Lima Marques (De Rose Advogados), é Ana Clara Vaz de Melo Miranda, de Prudente de Morais/MG. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Correntina

BA/Itaguaçu da Bahia

MA/Carolina

PE/Itapissuma

PR/Prudentópolis

SC/Campos Novos

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Politics Stalls Driverless Cab In Many Cities"

Corriere della Sera - Itália

"Meloni e gli USA: i rapporti bilaterali non cambiano"

Clarín - Argentina

"Milei logra retrasar la ofensiva legislativa para remover a Adorni"

El País - Espanha

"La UE negocia a escondidas con los talibanes la deportación de afganos"

Público - Portugal

"Câmaras pedem ajuda urgente ao Governo para salvar obras do PRR"

Die Welt - Alemanha

"Bundesregierung stellt sich hinter die Renten--Vorschläge"

The Guardian - Inglaterra

"Schools, rail and hospitals suffer as heat engulfs UK"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"PF mira banco de Edir Macedo e vê semelhança com fraude do Master"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Justiça bloqueia R\$ 670 mi de banco de Edir Macedo, e PF vê ação como a do Master"

O Globo - Rio de Janeiro

"PF mira fraudes em banco digital e vê repetição do 'método Master'"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Operação mira 'linha mortal'"

Correio Braziliense - Brasília

"Golpe contra aposentados do GDF leva sete à prisão"

Zero Hora - Porto Alegre

"Polícia Federal avança sobre mais uma suspeita de fraude no sistema financeiro"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Datafolha: 59% dos brasileiros veem PCC e CV como grupos terroristas"

Ideia de milhões? Entenda como funciona registro de patentes



Ter uma ideia inovadora pode parecer o primeiro passo para o sucesso, mas transformá-la em um ativo protegido por lei exige um caminho bem definido no Brasil. O registro de uma **patente**, seja um produto ou um processo, é feito no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e garante ao inventor o direito exclusivo de exploração por um tempo determinado.

Esse processo é fundamental para evitar que terceiros copiem, produzam ou vendam a sua criação ou ideia sem autorização. A proteção legal, conhecida como **patente**, é um título de propriedade temporário concedido pelo Estado. Para obtê-lo, a invenção precisa atender a três requisitos básicos: ser uma novidade, envolver uma atividade inventiva e ter aplicação industrial. A manutenção da **patente** também exige o pagamento de taxas anuais (anuidades) ao **INPI** a partir do terceiro ano do depósito.

Patentear uma invenção ou um modelo de utilidade?

No **INPI**, existem duas categorias principais de proteção para criações técnicas. A **patente** de invenção se aplica a produtos ou processos completamente novos que solucionam um problema técnico existente. A validade dessa proteção é de 20 anos a partir da data do depósito do pedido.

Já o registro de modelo de utilidade é voltado para melhorias funcionais em objetos de uso prático. Pense em uma nova ferramenta ou um utensílio que ganhou uma forma diferente para ser mais eficiente. Nesses casos, a proteção é válida por 15 anos a partir da data do depósito.

E o **direito autoral**, como funciona?

É comum haver confusão entre **patentes** e **direitos autorais**, mas são proteções com finalidades distintas. O **direito autoral** protege obras intelectuais e artísticas, como livros, músicas, pinturas, fotografias e até códigos de software. Ele nasce com a própria criação da obra, e o registro serve como uma prova de autoria.

Diferentemente das **patentes**, que são analisadas e concedidas pelo **INPI**, o registro de **direitos autorais** é feito em órgãos como a Biblioteca Nacional, responsável pelo Escritório de **Direitos Autorais** (EDA). A proteção garante ao autor direitos morais e patrimoniais sobre sua obra.

O que não pode ser patenteado?

A legislação brasileira é clara sobre o que não pode ser protegido por patente, mesmo que seja uma novidade. Ideias abstratas, por exemplo, não são patenteáveis. A proteção só se aplica a uma solução concreta e industrializável. Confira o que mais fica de fora:

Guerra entre Estados Unidos e Irã aumenta o risco de desabastecimento global de medicamentos



A elevação dos preços do petróleo, o aumento dos custos de energia, os gargalos logísticos e as incertezas em torno de rotas estratégicas de transporte marítimo e aéreo afetam diretamente uma cadeia farmacêutica mundial altamente concentrada

O conflito entre Estados Unidos e Irã reacendeu o risco de uma crise global de abastecimento de medicamentos, algo que parecia ter ficado restrito à pandemia de Covid-19.

A elevação dos preços do petróleo, o aumento dos custos de energia, os gargalos logísticos e as incertezas em torno de rotas estratégicas de transporte marítimo e aéreo afetam diretamente uma cadeia farmacêutica mundial altamente concentrada: de um lado, a China responde por uma grande parte dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs - substâncias que produzem o efeito terapêutico do medicamento). De outro, a Índia transforma esses insumos em medicamentos consumidos em todo o mundo.

Segundo cálculos do Institute for Economics and Peace, os impactos econômicos dessa guerra já alcançam cerca de US\$ 700 bilhões. A volatilidade do preço do petróleo está no centro dos prejuízos, gerando perdas de receitas de exportação, perturbações nas cadeias de abastecimento (supply chains) e aumento dos custos operacionais.

Especificamente, a redefinição de rotas marítimas e aéreas, o aumento dos prêmios de seguro e os preços mais elevados da energia contribuíram para a redução das margens de lucro do setor farmacêutico. Cerca de 35% dos produtos farmacêuticos de

maior valor agregado são transportados por via

aérea, assim como parcela relevante dos medicamentos e vacinas essenciais. O bloqueio dessas vias, para fármacos e insumos terapêuticos com prazo de validade curto, é dramático.

Em contraposição, para a navegação marítima, o fechamento do estreito de Ormuz e os ataques dos Houthis a navios que seguiam em direção ao Canal de Suez obrigaram empresas e armadores a buscar rotas alternativas. Uma das principais estratégias foi redirecionar as embarcações e contornar a África, praticamente dobrando o tempo da viagem padrão, comprometendo as cadeias de abastecimento e ampliando significativamente os custos logísticos.

O Estreito de Ormuz reabriu. Agora a disputa é sobre quem cobra pedágio no mar

A farmácia da Índia e os insumos da China

A relevância desses impactos vai além dos custos imediatos de transporte e energia. A China, cujo mercado farmacêutico deverá atingir cerca de US\$ 300 bilhões em 2026, é hoje a maior produtora global de IFAs, responsável por aproximadamente 44% da produção mundial e exportando mais de US\$ 42 bilhões anuais.

Ao mesmo tempo, o país tornou-se líder global em inovação farmacêutica e biotecnológica, concentrando cerca de 70% das famílias de patentes farmacêuticas registradas globalmente e ultrapassando os Estados Unidos no volume de patentes farmacêuticas e biotecnológicas.

Já a Índia consolidou-se como a farmácia do mundo. Com um mercado de medicamentos estimado em US\$ 65 bilhões, exportações para mais de 200 países e participação de cerca de 20% no mercado global de medicamentos genéricos, ocupa posição central no abastecimento mundial.

As projeções indicam que esse mercado deverá ultrapassar US\$ 130 bilhões nos próximos anos e alcançar US\$ 450 bilhões até 2047. Entretanto, parcela relevante dessa capacidade produtiva depende da importação de aproximadamente US\$

3,2 bilhões anuais em IFAs chineses.

A dependência mundial dessa cadeia sino-indiana torna-se ainda mais relevante porque tanto a produção industrial chinesa quanto a indústria farmacêutica indiana dependem fortemente da estabilidade

das rotas comerciais do Oriente Médio. Desse modo, qualquer perturbação prolongada no fluxo de petróleo, no transporte marítimo ou nos custos de produção tende a repercutir em cascata sobre a oferta global de medicamentos.

Ou seja, a continuação desse conflito pode levar a uma nova crise de abastecimento de medicamentos, provocada pela alta dos custos de energia, pelas dificuldades de transporte e pelas perturbações das cadeias de abastecimento.

O risco e a oportunidade

Com tudo isso, o preço do petróleo mantém-se elevado e instável e as cadeias de abastecimento seguem pressionadas. A estabilidade da região foi abalada, assim como a credibilidade de diversos governos. O financiamento tornou-se mais caro e os mercados de seguros dispararam. O conflito não apenas ampliou problemas estruturais já existentes, mas gerou novos, como a redefinição de rotas de navegação, o aumento dos custos logísticos e o risco de interrupções no fornecimento de insumos estratégicos.

Mesmo após os acordos de paz firmados recentemente, o clima político no Oriente Médio continuará instável e a situação no estreito de Ormuz dificilmente retornará às condições anteriores ao conflito. A companhia Lloyd's de Londres, com seus mais de 300 anos no ramo de seguros, deixa isso claro no elevado valor dos prêmios cobrados atualmente para cobrir danos a superpetroleiros, cargas e tripulações que atravessam a região. Os principais centros de produção de petróleo e instalações energéticas foram gravemente danificados, sendo incerto o tempo necessário para sua plena recuperação.

A questão do acesso a medicamentos oscila agora entre o drama do desabastecimento em países mais pobres e a alta dos preços em mercados mais ricos. O grau de dependência de insumos importados determina diretamente a sensibilidade aos aumentos dos custos de energia, transporte e produção, com reflexos sobre o abastecimento e a disponibilidade de medicamentos estratégicos.

Frente a esse contexto, o Brasil - que importa cerca de 90% dos seus IFAs da China e da Índia - não tem como se desvencilhar de tais problemas.

Brasil precisa investir em autossuficiência de insumos

No cenário criado pelos conflitos no Oriente Médio, torna-se ainda mais vital a autossuficiência na produção de insumos, sobretudo para medicamentos críticos utilizados em programas estratégicos de saúde. Portanto, há necessidade de mudanças estruturais em áreas que o Brasil pouco avançou, especialmente na diversificação das fontes de IFAs e na atualização da política de inovação e patenteamento de fármacos.

Alguns dos fatores que explicam a lentidão da marcha brasileira nessa direção podem ser buscados nos cortes e bloqueios de verba do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e na inexistência de instrumentos fundamentais para acelerar o patenteamento de novos fármacos, nos moldes do Orange Book.

No sentido do avanço, entre outras medidas, seria necessário estabelecer um sistema de vinculação de patentes - como o que existe desde 1984 nos Estados Unidos, seguido posteriormente por países como Canadá, Singapura, Coreia do Sul, Austrália e China - visando à implementação de acordos comerciais bilaterais. Este objetivo ressalta o entendimento de que tais instrumentos e medidas devem ser tratados como elementos de política econômica.

O conflito envolvendo o Irã acelerou a corrida científico-tecnológica. Cumpre ao Brasil acompanhar o passo. Como dizia a Rainha Vermelha para Alice, no livro *Alice Através do Espelho*, de Lewis Carroll, em 1871: "Agora, aqui, veja bem, são necessárias todas as corridas que puder executar para permanecer no mesmo lugar. Se você quiser chegar a outro lugar, deve correr pelo menos duas vezes mais rápido do que isso."

Carlos Roberto Oliveira não presta consultoria, trabalha, possui ações ou recebe financiamento de qualquer empresa ou organização que poderia se beneficiar com a publicação deste artigo e não revelou nenhum vínculo relevante além de seu cargo acadêmico.

Empresa de marcas amplia atuação empresarial

Registrou Consultoria Empresarial surge como nova frente de atuação do grupo, com enfoque especial na hotelaria e atendimento a demandas preventivas de empresas de diferentes segmentos

A proteção jurídica de empresas em crescimento tem passado por uma mudança de percepção no mercado. O registro de marca, antes tratado por muitos empreendedores como uma etapa burocrática, passou a ser associado à proteção de ativos, reputação, diferenciação comercial e segurança para expansão.

No ambiente empresarial, a marca funciona como elemento de identificação, diferenciação e reconhecimento no mercado. Quando registrada no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, passa a contar com proteção jurídica para uso exclusivo em território nacional, o que reforça sua importância em estratégias de expansão, posicionamento e preservação de ativos intangíveis.

Esse entendimento aproxima a **propriedade intelectual** de outras decisões empresariais. À medida que uma empresa cresce, a proteção do nome e da identidade visual tende a se conectar a contratos, relações trabalhistas, estrutura societária, cobranças, obrigações tributárias, governança e gestão de riscos. Nesse cenário, a marca registrada passa a ser uma das camadas de proteção do negócio.

Após consolidar sua atuação em registro e proteção de marcas, a Registrou**Marcas** amplia seu campo de atuação com a criação da Registrou Consultoria Empresarial. A nova empresa é voltada à consultoria empresarial preventiva e tem como foco apoiar negócios na organização jurídica de suas operações, com atendimento a empresas de diferentes segmentos e especialidade no setor hoteleiro.

"A consultoria preventiva permite identificar riscos antes que eles afetem a operação, a reputação ou o crescimento do negócio", afirma John Lima, advogado e cofundador da Registrou Consultoria Empresarial. Segundo ele, empresas em crescimento tendem a acumular riscos quando decisões comerciais, contratuais e operacionais não são acompanhadas por uma estrutura jurídica preventiva.

A estrutura da Registrou Consultoria Empresarial combina atuação jurídica e experiência prática em negócios. John Lima, advogado e cofundador da empresa, reúne vivência em proteção de marcas e oito anos de experiência no setor hoteleiro. João Victor Sampaio agrega mais de uma década de atuação em assessoria jurídica para empresas, com passagem por demandas empresariais, trabalhistas e tributárias.

O enfoque na hotelaria também é reforçado pela participação de Diego Silveira e Leonardo Silveira, sócios da Foco Tecnologia e Marketing. A empresa atua em tecnologia para hospitalidade há mais de 16 anos, o que aproxima a consultoria de temas recorrentes no setor, como contratos com canais de venda, gestão de equipes, relação com hóspedes, fornecedores, proteção de marca e regularidade operacional.

De acordo com dados institucionais, o Grupo Registrou soma mais de 5 mil empresas atendidas em todo o Brasil. A Registrou Consultoria Empresarial possui duas sedes físicas e atuação em todo o território nacional, com áreas consultivas ligadas a contratos, marcas, estrutura societária, trabalhista, tributária, cobrança e prevenção.

A ampliação da Registrou para a consultoria empresarial reflete uma movimentação em que a proteção jurídica deixa de ser vista apenas como resposta a conflitos e passa a integrar o planejamento de empresas em crescimento. Para negócios que buscam expandir, profissionalizar processos ou reduzir riscos operacionais, a organização preventiva passa a compor uma agenda mais ampla de proteção empresarial.

Professora pede R\$ 1 milhão de indenização dizendo que inventou o Pix



Banco Central contesta acusação de violação de direitos autorais e afirma que sistemas semelhantes já existiam

Professora pede R\$ 1 milhão de indenização dizendo que inventou o Pix

Uma professora de inglês e empresária entrou na Justiça contra o Banco Central (BC) alegando ser a criadora da metodologia que inspirou o Pix, principal sistema de pagamentos instantâneos do país.

Na ação, Anette Vernaschi Toppan pede indenização mínima de R\$ 1 milhão por danos morais, além de compensação por danos materiais, lucros cessantes, pagamento de royalties e reconhecimento de direitos autorais sobre a tecnologia.

A autora também requer a suspensão do Pix em todo o território nacional, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. O Banco Central contesta as acusações e afirma que não houve qualquer violação de **propriedade intelectual**.

Em maio deste ano, o juiz federal Arthur Pinheiro Chaves negou o pedido da autora para realização de perícia técnica que compararia o Pix à plataforma desenvolvida por ela. A defesa de Anette recorreu da decisão.

Autora sustenta que projeto registrado em 2014 serviu de base para o Pix. Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Autora diz ter criado sistema antes do Pix

Na petição inicial, Anette afirma ter desenvolvido entre 2011 e 2012 uma metodologia de pagamentos

instantâneos por celular chamada inicialmente Cell-token e posteriormente incorporada à plataforma Tá Pago.

Segundo a autora, a ideia surgiu quando tentava comercializar materiais didáticos e percebeu que muitos clientes enfrentavam dificuldades para concluir pagamentos pelos meios disponíveis na época.

Segundo a ação, a plataforma utilizava créditos pré-pagos de telefonia móvel para realizar as transações e teve sua metodologia registrada na Biblioteca Nacional em 2014. A autora afirma que o registro comprova a anterioridade da criação e protege elementos como os fluxogramas e a estrutura de funcionamento do sistema.

A defesa argumenta ainda que a criação está protegida tanto pela Lei de Direitos Autorais quanto pela Lei do Software, por envolver elementos como textos, metodologia, programa de computador, fluxogramas e a própria estrutura de funcionamento da plataforma.

Após o lançamento do Pix, em novembro de 2020, Anette afirma ter identificado semelhanças entre sua proposta e o sistema desenvolvido pelo Banco Central.

Na ação, a professora compara os fluxogramas das duas soluções e argumenta que ambas apresentam elementos estruturais semelhantes, como a presença de um pagador, um recebedor, uma rede de pagamentos instantâneos e o uso do telefone celular para realização das transações.

A petição sustenta que o Pix reproduziu aspectos da metodologia registrada e classifica o sistema como uma espécie de "versão 2.0" do Tá Pago.

A defesa afirma ainda que a professora é a "titular de Direito Autoral, inalienável e irrenunciável, sobre o SISTEMA TÁ PAGO", razão pela qual reivindica reconhecimento formal de autoria e participação na exploração econômica da tecnologia.

Contato com o Banco Central

Outro argumento da ação é que o Banco Central teria tido acesso ao projeto antes da criação do Pix.

Segundo a autora, documentos relacionados à plataforma Tá Pago foram encaminhados à autarquia em 2015, quando a empresa buscava autorização para atuar como arranjo de pagamento. Ela afirma que esse contato ocorreu antes dos estudos que resultaram na implementação do sistema de pagamentos instantâneos.

Com base nessa tese, a defesa solicitou que o Banco Central apresentasse atas, relatórios e estudos técnicos anteriores a 2016, além de fluxogramas, estruturas técnicas e documentos utilizados na concepção do Pix.

Entendimento da Justiça

Ao analisar o caso, Arthur Pinheiro Chaves observou que a controvérsia não envolve patente registrada no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, mas uma discussão sobre eventual violação de direitos autorais relacionados à metodo-

logia registrada pela autora.

O processo também inclui uma disputa sobre documentos apresentados pelo Banco Central em língua estrangeira.

O magistrado determinou que o material seja traduzido para o português antes de ser utilizado como prova nos autos. A autarquia pediu a reconsideração da decisão e aguarda manifestação judicial.

Lançado em novembro de 2020, o Pix se tornou o principal meio de pagamentos eletrônicos do país.

Banco Central Distrito Federal indenização Pix Judiciário

Marketing de emboscada na Copa 2026



O novo marco regulatório do BaaS e a revisão das estruturas vigentes de Correspondente Bancário

Eles não pagaram patrocínio, mas todo mundo está falando deles. A Copa do Mundo de 2026 tornou-se um laboratório em tempo real de marketing de emboscada, e os casos desta semana ensinam mais sobre valor de marca, risco jurídico e retorno sobre investimento do que muitos manuais de marketing.

Para entender o que está em jogo, é preciso começar pelo tamanho do mercado que os organizadores e patrocinadores procuram proteger.

A receita de patrocínio da Copa do Mundo de 2026 deve atingir o recorde de US\$ 2,8 bilhões, com 93% da receita total do ciclo 2023-2026 já contratada até o fim de 2025. Os contratos dos patrocinadores oficiais Tier 2 são estimados entre US\$ 65 milhões e US\$ 95 milhões apenas pelos direitos vinculados ao torneio. Já os parceiros globais Tier 1, como Coca-Cola, Visa e Adidas, investem centenas de milhões de dólares ao longo de um ciclo de quatro anos, com algumas estimativas apontando valores superiores a US\$ 500 milhões por parceria.

Quem desembolsa esse montante está comprando exclusividade. E fará de tudo para protegê-la, recorrendo a notificações, liminares e a todo o aparato jurídico disponível.

Caso 1: A 99 e o erro calculado

A 99 lançou a campanha "O Brasil está pedindo, a 99 vai entregar" e vinculou promoções de seus serviços de mobilidade e delivery a entregadores e mo-

toristas chamados Endrick, Hendrick, Endrique ou Hendrique, aproveitando a expectativa da torcida

pela escalação do atacante do Lyon. A CBF notificou extrajudicialmente a empresa, enquadrando a ação como marketing de emboscada com base na Lei Geral do Esporte, e exigiu a retirada imediata das peças publicitárias. A 99 retirou a campanha do ar.

Do ponto de vista financeiro, a campanha gerou expressiva visibilidade orgânica. No entanto, o custo reputacional junto à CBF e a exposição jurídica tendem a reduzir os ganhos obtidos. Marcas que atuam em mercados regulados precisam calcular não apenas o retorno de mídia, mas também os custos potenciais de litígios e os danos ao relacionamento com entidades esportivas das quais possam depender no futuro.

Caso 2: A Levi's e a Gillette

Pela política de "estádio limpo" da FIFA, que exige a eliminação de qualquer referência visual a empresas que não sejam patrocinadoras oficiais, o Levi's Stadium em Santa Clara tornou-se o "San Francisco Bay Area Stadium" durante a Copa. A empresa foi obrigada a cobrir sua marca na fachada.

O Gillette Stadium operou como "Boston Stadium" durante os jogos. Em vez de aceitar silenciosamente, a Gillette postou a foto da placa coberta com a legenda: "Ao menos tivemos a liberdade de escolher como cobrir." O post viralizou com engajamento de outras marcas, incluindo a própria Levi's. Custo de produção: zero. Retorno de mídia: global. Risco jurídico: nenhum. A Gillette não usou nenhuma marca protegida da FIFA. Não associou seu nome à Seleção. Não usou imagem de atleta. Limitou-se a comentar, com ironia, uma restrição que ela própria sofreu como detentora de naming rights do estádio. Dentro dos limites do permitido, foi a ação mais eficiente das três.

O que os números dizem sobre brand lift em mega-eventos

A FIFA estima que mais de 6,5 milhões de visitantes circulem pelas cidades-sede durante o torneio,

com audiência global projetada em bilhões de pessoas. Para patrocinadores, isso representa acesso a uma das maiores audiências concentradas do planeta.

Todavia, o dado mais relevante para o debate do marketing de emboscada é outro: o custo de um patrocínio oficial oscila entre US\$ 35 milhões e US\$ 200 milhões por categoria. Marcas que conseguem gerar associação com o evento por meio de ações criativas não autorizadas obtêm uma fração desse retorno sem o investimento correspondente, o que, na prática, corrói o valor do ativo que o patrocinador adquiriu.

É esse o núcleo do problema. Não é apenas uma questão de **propriedade intelectual**, mas, também, de precificação de exclusividade. Se qualquer marca pode se associar ao evento com criatividade suficiente, o patrocinador oficial pagou por um benefício que não existe de fato.

Três variáveis que separam o criativo do arriscado

Para gestores de marca e departamentos jurídicos, os três casos desta semana oferecem um framework simples

Risco jurídico: o uso de **propriedade intelectual** protegida, direitos de imagem de atletas e termos registrados pela FIFA ou pela CBF expõe a empresa à Lei Geral do Esporte e à legislação de marcas. A 99 cruzou essa linha.

Risco relacional: quem é o patrocinador oficial na categoria da sua empresa? Atuar por meio de marketing de emboscada em um evento no qual seu

concorrente direto investiu US\$ 65 milhões é diferente de comentar, com criatividade, uma restrição que você próprio sofreu. Levi's e Gillette jamais tocaram na categoria de nenhum patrocinador.

Potencial de retorno: a associação se sustenta sem o nome do evento? Esse é o teste definitivo. Se a campanha só funciona com referência explícita ao torneio ou ao atleta, o risco jurídico é elevado. Se funciona sem qualquer elemento protegido, como no caso da Gillette, o risco é mínimo e o retorno pode ser expressivo.

A CBF já intensificou o cerco e notificou outras empresas concorrentes de patrocinadores oficiais, entre elas Nissan, BYD, Bradesco e Nubank, por publicações nas redes sociais que supostamente fazem menção à seleção brasileira ou a seus jogadores. O sinal é claro: a fiscalização tende a aumentar à medida que o Brasil avança na Copa.

Para as próximas rodadas, a pergunta que fica para qualquer marca que queira surfar o momento sem pagar o ingresso é direta: sua campanha sobrevive sem o nome do evento, sem o atleta e sem a camisa? Se a resposta for não, o risco provavelmente supera o retorno.

Felipe Araujo, Diretor Executivo e Estratégia M&A; no Futebol

"Amarelinha pirata" aquece mercado bilionário de camisas falsas no Brasil



Quase 1 milhão de camisas falsas da seleção: leia na Gazeta do Povo como a Copa do Mundo aquece a pirataria esportiva no Brasil.

No último dia 10, a Polícia Civil do Rio de Janeiro fechou uma fábrica clandestina que fazia confecção ilegal de camisas da seleção brasileira, no município de São João do Meriti. (Foto: Divulgação/Polícia Civil do RJ)

A camisa falsa da seleção brasileira de futebol virou a parte mais visível de um mercado que não se limita ao torcedor que procura uma versão mais barata para assistir à Copa do Mundo. Por trás da "réplica" vendida em lojas populares e na internet, há uma cadeia de falsificação que passa por cargas importadas, comércio digital, perda de arrecadação e concorrência direta com empresas que atuam dentro da lei.

A Receita Federal diz que ainda não há um balanço nacional sobre apreensões ligadas especificamente à Copa do Mundo ou à seleção brasileira de futebol. Mesmo assim, uma amostragem feita pelo órgão até maio reúne mais de 965,5 mil camisas com possível violação de direitos de **propriedade intelectual**. O recorte inclui operações no Porto de Santos, no Rio de Janeiro, em Boa Vista e em São Paulo.

Somente essa amostragem tem valor de mercado estimado em cerca de R\$ 50 milhões, de acordo com a Receita. O impacto em tributos que deixariam de ser pagos chega a R\$ 39 milhões. O órgão informa que as apreensões fazem parte da rotina de fiscalização, mas reconhece que produtos falsificados ligados a grandes eventos ou itens "da moda"

costumam aparecer com mais força.

No caso das camisas apreendidas pela Receita, a origem é majoritariamente externa. O órgão explica que sua atuação ocorre sobre casos de contrabando e descaminho de mercadorias vindas de fora do país. Não há, porém, dados precisos sobre os países de origem mais frequentes.

A forma de entrada varia. Em algumas operações, as peças aparecem ocultas entre outros produtos. Em outras, os responsáveis sequer tentam escondê-las.

Pirataria consome um terço do mercado esportivo nacional

Estudo mais recente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice) ajuda a dimensionar o tamanho do problema fora dos depósitos da Receita. Em 2025, o Brasil consumiu 225,1 milhões de produtos esportivos não originais, alta de 29,8% sobre 2023.

A pirataria já representa 34% do mercado esportivo brasileiro. O prejuízo potencial ao setor formal foi estimado em R\$ 31,8 bilhões, com R\$ 7,4 bilhões em impostos não recolhidos.

No recorte de camisas de futebol, foram 18,1 milhões de peças falsificadas consumidas no ano passado. O número representa 30% do mercado de camisas de futebol e um prejuízo potencial de R\$ 3,6 bilhões. A pesquisa não separa entre camisas da seleção brasileira, clubes nacionais, times estrangeiros ou outras seleções. O recorte considera qualquer peça ligada ao futebol, de jogo, treino ou passeio.

Diretor-executivo da Ápice, Renato Jardim diz que a Copa amplia a procura por camisas de seleções, mas afirma que ainda não há uma estimativa fechada sobre o tamanho desse avanço em 2026. O movimento, explica ele, não significa apenas crescimento direto do mercado. Há também um efeito de substituição, já que o torcedor tende a comprar mais camisas de seleções no período do Mundial, enquanto o consumo de camisas de clubes pode perder força temporariamente.

Preço alto pesa na decisão do consumidor

O preço é uma parte importante dessa engrenagem. No estudo da Ápice, 69% dos consumidores apontaram o valor mais baixo como motivação para comprar produto esportivo pirata.

Jardim reconhece que o custo da camisa oficial pesa na decisão de compra e associa parte disso ao chamado "custo Brasil", ou seja, o conjunto de impostos, burocracias e encargos que encarecem a produção e a venda formal no país. "Sim, o 'custo Brasil' tem um peso enorme nisso", afirma.

De acordo com o diretor da Ápice, camisas oficiais vendidas dentro do mercado formal carregam uma carga tributária elevada, especialmente quando são importadas. Ele diz que, nesses casos, os impostos podem superar metade do preço final ao consumidor. Para peças produzidas no Brasil, a carga também seria alta, mas menor.

Esse peso tributário, na avaliação de Jardim, ajuda a explicar a distância entre a camisa oficial e a peça falsificada. Ainda assim, ele afirma que o preço não elimina o prejuízo provocado pela pirataria. "O maior prejudicado de toda essa história é o consumidor", afirma.

Produtos falsificados podem estar ligados não só à importação irregular, mas também à sonegação, empresas de fachada, lavagem de dinheiro e redes criminosas.

Quem compra uma peça pirata paga menos, mas recebe um produto de qualidade inferior, com baixa durabilidade, sem garantia e sem canal formal para troca ou contestação. Jardim também aponta risco ligado ao uso de produtos químicos em etapas como acabamento, tingimento e estamparia. "Ele não tem a quem reclamar e não tem com quem trocar", diz.

A Receita também reconhece que muitos consumidores consideram alto o preço das camisas oficiais, mas afirma que combater a falsificação não é defender preço alto. O combate à pirataria, sustenta o órgão, passa pela defesa da legalidade, da arrecadação, dos empregos formais e da concorrência justa. Produtos falsificados podem estar ligados não só à importação irregular, mas também à sonegação, empresas de fachada, lavagem de dinheiro e redes criminosas.

A cadeia por trás da camisa falsa

Jardim vê a pirataria como parte de uma cadeia maior. Para ele, a imagem do ambulante vendendo uma peça na esquina já não dá conta de explicar o funcionamento desse mercado.

"A pirataria está diretamente relacionada a organizações criminosas", sinaliza. "O ambulante é meramente um pequeno ator ali, sendo usado por uma organização geralmente muito maior."

O avanço do comércio digital ampliou o alcance desse mercado. A Ápice aponta que 41% das camisas de futebol falsificadas foram vendidas por canais digitais em 2025. Jardim avalia que essa curva deve se inverter em 2026, com o online se tornando o principal canal de escoamento desse tipo de produto. "Esse é o maior desafio que nós temos nesse momento. O canal online cresce e cresce muito rapidamente", afirma.

Para ele, o problema deixou de estar apenas nos grandes carregamentos fiscalizados em portos e aeroportos. Parte da pirataria passou a circular por pequenas encomendas, vendidas por marketplaces, redes sociais e operações transfronteiriças.

Jardim defende mudanças na legislação para ampliar a responsabilidade de plataformas digitais na identificação de anúncios ilegais, vendedores reincidentes e produtos falsificados. Também vê espaço para uso mais intenso de inteligência artificial na derrubada desse tipo de oferta.

"Não existe bala de prata", diz. Para o diretor da Ápice, marcas, plataformas e poder público precisam atuar de forma coordenada, porque cada barreira criada pelo mercado legal tende a ser respondida com novas estratégias pelos falsificadores.

Quando a fiscalização fala em proteger a indústria nacional e o mercado legal, o alvo não é apenas uma marca específica. A Receita diz que essa proteção alcança toda a cadeia formal do setor, incluindo empresas que produzem, importam, distribuem e vendem dentro da lei.

A Fisia, distribuidora oficial da Nike no Brasil, foi procurada pela reportagem da Gazeta do Povo, mas optou por não se manifestar neste momento. O Conselho Nacional de Combate à Pirataria, vinculado ao Ministério da Justiça, também foi procurado, mas não respondeu até esta publicação.

E o que acontece com as peças falsificadas depois que elas são apreendidas? A Receita diz que, quando possível, as camisas são descaracterizadas,

com retirada de marcas e elementos que violem direitos de **propriedade intelectual** e encaminhadas para doação.

Quando esse tratamento não é viável, a mercadoria é destruída. Na prática, a camisa falsa só ganha uma segunda chance se deixar de imitar a original.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	3,4
Direitos Autorais	13
Marco regulatório Anvisa	3,4
Marco regulatório INPI	5,6,13,14,15,16,17,18
Patentes	3,4,13
Propriedade Industrial	5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,16,17,18,19,20,21,22,23